

Bruxelas, 18 de março de 2026
(OR. en)

7366/26

AGRI 188
AGRIFIN 61
AGRISTR 21
AGRIORG 46
ENV 244
POLCOM 101

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar: um ano de aplicação
	– Informações da Comissão
	– Troca de pontos de vista

Em fevereiro de 2025, a Comissão Europeia apresentou a sua comunicação intitulada «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar»¹ («a Visão»), na qual define as orientações estratégicas da UE rumo a um setor agroalimentar atrativo, competitivo, resiliente e sustentável para 2040 e mais além.

A Visão articula-se em torno de quatro prioridades interligadas:

- 1) Construir um setor agroalimentar atrativo, com remuneração justa e novas oportunidades de rendimento,
- 2) Reforçar a competitividade e a resiliência face aos desafios mundiais,

¹ ST 6385/25.

- 3) Criar um setor preparado para o futuro, em linha com os objetivos ambientais e climáticos, e
- 4) Valorizar o setor alimentar e revitalizar as zonas rurais – tudo isto viabilizado pela simplificação, inovação, investigação, conhecimento e competências.

Durante a Presidência polaca, o Conselho (Agricultura e Pescas) realizou uma série de debates sobre a Visão. De um modo geral, os ministros saudaram o papel de destaque atribuído à segurança alimentar na Visão, com a produção agrícola no centro da abordagem estratégica da UE, e salientaram a importância do diálogo com os agricultores².

Um ano após ter entrado em aplicação, foram apresentadas diversas iniciativas para materializar a Visão. Em 19 de fevereiro de 2026, o comissário da Agricultura e Setor Alimentar, Christophe Hansen, enviou uma carta aos ministros da Agricultura da UE³, na qual descreveu as medidas tomadas pela Comissão no primeiro ano após a publicação da Visão, bem como os domínios em que estão previstos trabalhos suplementares.

No âmbito da primeira prioridade, **«Construir um setor agroalimentar atrativo, com remuneração justa e novas oportunidades de rendimento»**, a tónica foi colocada no reforço da posição económica dos agricultores e na garantia da viabilidade do setor a longo prazo. Foram tomadas medidas para combater as práticas comerciais desleais (PCD), nomeadamente através da adoção de novas regras em matéria de aplicação transfronteiriça⁴ e da avaliação da Diretiva Práticas Comerciais Desleais⁵. Além disso, a alteração específica do Regulamento Organização Comum dos Mercados (OCM) visou reforçar a posição dos produtores na cadeia de abastecimento alimentar⁶. Foi ainda reiterada a importância de um apoio estável ao rendimento no âmbito da política agrícola comum (PAC). Estão a ser estudadas fontes de rendimento suplementares para os agricultores, em particular com recurso à bioeconomia – tal como descrito na nova Estratégia para a Bioeconomia⁷ –, bem como a serviços ambientais como os créditos da natureza, relativamente aos quais foi apresentado um roteiro.

² ST 9127/1/25 REV 1.

³ ST 7277/26.

⁴ PE-CONS 57/25.

⁵ ST 16217/25.

⁶ ST 7362/26.

⁷ ST 16071/25.

Foram tomadas medidas em matéria de renovação geracional, incluindo a apresentação da Estratégia para a Renovação Geracional⁸ e o lançamento da Plataforma Mulheres na Agricultura, com o objetivo de apoiar a atratividade da agricultura e o futuro do setor na UE.

A segunda prioridade, «**Reforçar a competitividade e a resiliência face aos desafios mundiais**», incluiu ações destinadas a reforçar a capacidade do setor agroalimentar da UE para responder às tensões geopolíticas, aos riscos climáticos e à volatilidade do mercado. Neste contexto, foram introduzidas medidas de simplificação, incluindo o pacote de simplificação da PAC⁹ e as propostas em curso relativas ao pacote *omnibus* ambiental, à simplificação do Regulamento Produção Biológica¹⁰ e ao pacote *omnibus* relativo à segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais¹¹.

Foram ainda propostas medidas de preparação do mercado e para situações de crise através de iniciativas setoriais, incluindo a adoção da legislação relativa ao pacote vitivinícola e a criação de uma rede de segurança da unidade e de um montante de flexibilidade nos planos de parceria nacionais e regionais propostos para o próximo período de programação. Foi igualmente abordada a gestão de riscos através de instrumentos propostos no âmbito da futura PAC, tendo ainda sido reforçado o papel do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (EFSCM).

⁸ ST 14410/25.

⁹ Regulamento (UE) 2025/2649 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de dezembro de 2025, que altera o Regulamento (UE) 2021/2115 no que diz respeito ao sistema de condicionalidade, aos tipos de intervenção sob a forma de pagamentos diretos, aos tipos de intervenção em determinados setores, aos tipos de intervenção de desenvolvimento rural e aos relatórios anuais de desempenho, e o Regulamento (UE) 2021/2116 no que diz respeito às suspensões dos pagamentos, ao apuramento anual do desempenho e aos controlos e sanções.

¹⁰ ST 16969/25.

¹¹ ST 17054/25, ST 17055/25, ST 17056/25 REV 1 + ADD 1 REV 1.

Os trabalhos centraram-se também na dimensão externa da política agrícola e na preparação para situações de crise, incluindo, nomeadamente, os esforços no sentido de fortalecer as relações comerciais da UE, de reforçar a reciprocidade com países terceiros e de garantir condições comerciais equitativas para os agricultores da UE. A criação de um grupo de trabalho específico da UE em matéria de controlos das importações¹² visa tornar mais eficientes estes controlos.

A terceira prioridade, «**Criar um setor agroalimentar preparado para o futuro e em linha com os objetivos ambientais e climáticos**», incluiu medidas destinadas a melhorar as perspetivas futuras, nomeadamente a Estratégia de Resiliência Hídrica¹³, assim como ações iniciais relacionadas com a aplicação da certificação em matéria de carbonicultura.

A quarta prioridade, «**Valorizar o setor alimentar e revitalizar as zonas rurais**», focou-se em ações destinadas a reforçar o Pacto Rural, a atualizar o Plano de Ação para as Zonas Rurais e a iniciar os diálogos sobre alimentação, com o intuito de mobilizar as partes interessadas de todo o sistema agroalimentar.

Existem várias iniciativas planeadas ou em fase de preparação para 2026 e anos seguintes.

Entre elas contam-se a criação de um Observatório Europeu para as Terras Agrícolas, atualmente em fase-piloto, e a revisão da Diretiva Práticas Comerciais Desleais, prevista para 2026. Prevê-se ainda a concretização de novos trabalhos em matéria de competitividade, incluindo a elaboração de uma estratégia para o setor pecuário, de um plano relativo ao aprovisionamento de proteínas e de um plano de ação para os fertilizantes. Prosseguirão também os trabalhos de desenvolvimento da Bússola para a sustentabilidade das explorações agrícolas, enquanto se esperam novas iniciativas para apoiar o rendimento dos agricultores, promover as indicações geográficas e reforçar a investigação, a inovação e a digitalização na agricultura. Ainda neste contexto, deverá ser delineada uma nova abordagem estratégica em matéria de investigação e inovação, bem como uma eventual estratégia digital da UE para o setor agrícola.

¹² Ver comunicado de imprensa [IP_26_207_PT.pdf](#), divulgado na sequência do debate realizado durante um almoço ministerial informal com base numa nota informativa conjunta, elaborada pela Presidência cipriota e pela Comissão, à margem da reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 26 de janeiro de 2026.

¹³ ST 9932/25.

Numa análise prospetiva, é provável que o setor agroalimentar da UE continue a deparar-se com desafios significativos, incluindo o aumento dos custos de produção, perturbações nas cadeias de abastecimento, choques geopolíticos e crises provocadas pelo clima. Poderá ser necessário intensificar os esforços com vista a consolidar a resiliência e a competitividade do setor, incluindo a adoção de medidas que aumentem a diversificação das cadeias de abastecimento, reforcem os instrumentos de gestão de riscos e promovam em maior medida a criação de mecanismos como o EFSCM. Pode ainda ser necessário dedicar uma maior atenção aos temas da adaptação às alterações climáticas, da resiliência hídrica, da gestão sustentável dos nutrientes e do desenvolvimento de soluções bioeconómicas e soluções energéticas nas explorações agrícolas. Neste contexto ainda em evolução, a aplicação da Visão poderá ter de ser reforçada e revista de modo a assegurar que o sistema agroalimentar da UE se mantém estável, competitivo e resiliente. Os mais recentes conflitos no Médio Oriente podem afetar o funcionamento do setor por meio de perturbações na cadeia de abastecimento mundial e da volatilidade do mercado da energia.

Tendo em conta as medidas que foram tomadas, as iniciativas propostas e as eventuais iniciativas futuras, e considerando as quatro prioridades interligadas da Visão, a Presidência cipriota convida os ministros a trocarem pontos de vista sobre as seguintes perguntas:

1. Como avaliam os ministros os progressos realizados durante o primeiro ano de aplicação da Visão no que respeita às suas quatro prioridades?
2. Numa perspetiva de futuro, e à luz dos recentes acontecimentos geopolíticos e noutros domínios, como encaram os ministros as iniciativas em curso e previstas no âmbito da Visão e, ainda, consideram que existem outras áreas em que possa vir a ser necessário tomar mais medidas?